

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE TURISMO NO BRASIL

William George Lopes Saab*

**Gerente setorial de Turismo, Comércio e Serviço do BNDES.*

TURISMO

Resumo

Este artigo objetiva, em termos gerais, traçar um breve e atualizado diagnóstico do setor de turismo no Brasil, identificando, face à sua importância no cenário econômico nacional, as ações estratégicas e possíveis de ser realizadas, de modo que se alcance um incremento no fluxo de entrada de turistas no país. Busca-se especular especificamente sobre os benefícios advindos ao país – em particular ao balanço de serviços – a partir de um cenário de reversão da conta de “viagens internacionais”, atualmente bastante deficitária, em virtude do maior fluxo de saída de turistas brasileiros e da baixa taxa de captação ou recepção de turistas pelo país.

Neste momento, faz-se necessário refletir sobre a necessidade de uma política pública mais agressiva de fortalecimento do setor de turismo nacional, com ênfase no planejamento de ações voltadas para o incremento do fluxo de entrada de turistas estrangeiros, bem como na melhoria da infra-estrutura turística básica. Além disso, conforme será observado adiante, há de se incrementar também ações que dinamizem e incentivem cada vez mais o turismo interno, haja vista que o mesmo representa, em essência, a “âncora” atual do fluxo turístico total do país.

Cabe destacar, porém, que algumas ações e iniciativas governamentais já foram iniciadas, as quais, uma vez implementadas com êxito, muito poderão contribuir para o fortalecimento do setor de turismo nacional. Dentre essas ações, podem ser destacadas, na presente década, principalmente a partir de 1995, o fortalecimento da Embratur como órgão planejador do desenvolvimento turístico nacional, a inserção do BNDES como uma das entidades financiadoras de projetos de âmbito turístico e a criação, em 1992, do Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado de Turismo na região Nordeste (Prodetur/NE), o qual objetiva o incremento do turismo regional principalmente através da implementação de infra-estrutura básica em localidades com elevado potencial turístico.

Considerações Iniciais sobre o Setor de Turismo no Brasil

Preliminarmente, faz-se necessário destacar a importância do segmento de turismo em nível mundial, que em 1997 gerou, de acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT), uma receita derivada do turismo internacional (excluindo o item transporte) de US\$ 443,77 bilhões (em 1996, foi de US\$ 433,86 bilhões), correspondendo a um fluxo turístico mundial de 612,835 milhões de pessoas (em 1996, alcançou 594,827 milhões) [ver WTO (1998, v. 1, p. 2)]. Em 1997, o fluxo turístico para o Brasil representou, aproximadamente, apenas 0,47% do fluxo turístico mundial.

O segmento de turismo encontra-se inserido no setor terciário ou de serviços, que no Brasil vem apresentando uma participação crescente face ao PIB do país. Em 1980, o setor de serviços era responsável por 48,8% do PIB brasileiro, enquanto em 1995 essa participação já alcançava 55,7%, caracterizando uma evolução expressiva face ao desempenho declinante observado para o setor industrial. A Tabela 1 confirma essa tendência de expansão do setor de serviços, enquanto a participação do segmento de turismo no PIB nacional, conforme se depreende da Tabela 2, também vem acompanhando a evolução verificada no setor de serviços.

Deve ser destacado, quanto aos dados apresentados na Tabela 2, uma significativa evolução na participação do PIB turístico a partir da década de 80, quando se observou um crescimento expressivo do turismo interno, decorrente, dentre outros aspectos, do próprio aumento da oferta hoteleira nacional. Nesse período são criados novos pólos de turismo, além do já existente na cidade do Rio de Janeiro, tais como: a cidade de São Paulo (especificamente para negócios e convenções), a região da serra gaúcha (Gramado e

Tabela 1

Participação do PIB Setorial no PIB Total do Brasil – 1960/95

(Em %)

ANOS	SETORES		
	Agropecuário	Industrial	Serviços
1960	19,2	32,6	48,2
1970	11,6	35,8	52,6
1980	10,2	41,0	48,8
1990	9,3	34,2	56,5
1995	12,3	32,0	55,7

Fonte: MICT/Embratur-Fade/UFPE (1998, p. 3).

Tabela 2

Estimativa do PIB Turístico e sua Participação no PIB Brasileiro – 1980 e 1987/95

ANOS	PIB (Em R\$ Milhões, a Preços Constantes, Base 1995)	PIB TURÍSTICO (Em R\$ Milhões, a Preços Constantes, Base 1995)	PIB TURÍSTICO/PIB TOTAL (Em %)
1980	492.628	12.907	2,62
1987	584.206	38.685	6,62
1988	583.574	40.431	6,93
1989	601.890	50.972	8,47
1990	575.995	52.419	9,10
1991	577.890	42.938	7,43
1992	572.838	39.610	6,91
1993	596.837	—	—
1994	631.574	48.740	7,72
1995	658.100	52.670	8,00

Fonte: MICT/Embratur-Fade/UFPE (1998, p. 5).

Canelas), a cidade de Blumenau e as áreas praianas de Santa Catarina e do Nordeste, cabendo destacar, nesta região, aquelas localizadas na Bahia, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e no Ceará.

A evolução positiva do PIB turístico sofreu uma descontinuidade em 1991 e 1992, anos caracterizados por um crescimento negativo do turismo interno doméstico e internacional, como uma consequência natural da própria estagnação econômica e financeira do Brasil. Entretanto, a partir de 1994, com o advento do Plano Real, o segmento turístico voltou a apresentar indicadores de crescimento, notadamente quanto à participação relativa do PIB turístico.

Indicadores de Comportamento dos Fluxos Turísticos Receptivo e Interno

Fluxo Turístico Receptivo

Analizando-se a conta de “viagens internacionais”, componente do balanço de serviços do país, no período 1994/98, verifica-se que ela apresenta uma tendência crescente de acumular saldos negativos, conforme se observa na Tabela 3, o que pode ser explicado principalmente em função do acréscimo contínuo de despesas realizadas por residentes do país no exterior. Destaque-se, para o período analisado, que isso era influenciado por uma situação cambial favorável, com o real aparentemente sobrevalorizado face à moeda de maior curso internacional, o dólar. Desse modo, observou-se no período 1994/98 uma evolução de 156,77% no saldo dessa despesa. Em 1998, de acordo com a Associação Brasileira das Agências de Viagem (Abav) – regional Paraná –, o fluxo de saída de turistas brasileiros para o exterior foi da ordem de 4,4 milhões de pessoas.

Tabela 3

Evolução da Conta de “Viagens Internacionais” – 1994/98

(Em US\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO DA CONTA	1994	1995	1996	1997	1998
Viagens Internacionais	-1.181	-2.419	-3.598	-4.377	-4.146
Receita	1.051	972	840	1.069	1.586
Despesa	2.232	3.391	4.438	5.446	5.732

Fonte: Banco Central do Brasil (jun. 1999, Cap. 5).

Além disso, é relevante destacar também que as receitas auferidas com o ingresso de turistas no país no período 1994/98 apresentaram um crescimento tímido (de 38,73%), o que demonstra, ainda, o baixo grau de inserção turística internacional do país. Pode-se presumir, a partir dessa situação real, que a comunidade internacional ainda não percebe o Brasil como um destino turístico preferencial.

Entretanto, cabe ressaltar, para o período iniciado em 1999, a possibilidade de que essa despesa venha a apresentar uma reversão de sua tendência atual, haja vista a mudança verificada no regime cambial do país a partir de janeiro de 1999. A Tabela 4 aponta os primeiros indícios (dada a brevidade da série histórica) da possibilidade dessa reversão, podendo-se verificar no primeiro trimestre de 1999 uma redução de 42,21% nas despesas com viagens internacionais, comparativamente ao mesmo período de 1998, reduzindo, assim, de forma significativa, o saldo ainda negativo da conta respectiva. Além disso, já há informações de que o saldo da conta de “viagens internacionais”, encerrado em junho de 1999, foi negativo em US\$ 154 milhões [ver *Jornal do Commercio* (16.07.99, Seção de Economia, p. A-3)].

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (1999, p. 46), “para o final de 1999 continua sendo esperada uma forte queda no déficit com viagens internacionais”, destacando-se ainda que “o déficit com transportes também foi bastante afetado pela desvalorização, via redução nas viagens internacionais”. Desse

Tabela 4

Evolução da Conta de “Viagens Internacionais” – 1998/99

(Em US\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO DA CONTA	1998				1999
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.
Viagens Internacionais	-871	-971	-1.274	-1.030	-241
Receita	413	386	398	389	501
Despesa	1.284	1.357	1.672	1.418	742

Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim mensal (jun. 1999, Cap. 5).

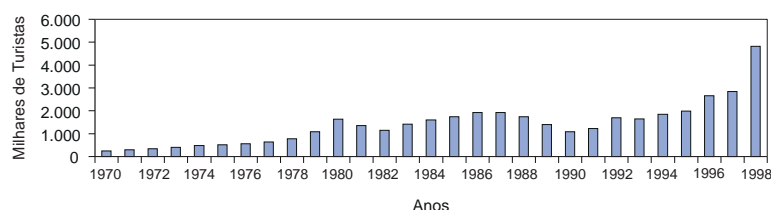
modo, espera-se em 1999 que a reversão no comportamento da conta nacional de “viagens internacionais” contribua favoravelmente para a melhoria do desempenho global do balanço de serviços do país, reduzindo, portanto, as saídas de divisas.

O Gráfico 1 apresenta a evolução observada quanto ao ingresso de turistas no país no período 1970/98, que passou de 249,9 mil para 4,82 milhões. Segundo a Embratur, considerando o ingresso de turistas em 1998, o Brasil deverá passar a ocupar a 29ª posição no *ranking* internacional dos países mais visitados do mundo, de acordo com a pesquisa anual realizada pela OMT. Em 1997, a liderança do referido *ranking* era ocupada pela França, que recebeu 70 milhões de turistas estrangeiros, enquanto o Brasil ocupava a 39ª posição, tendo recebido, aproximadamente, três milhões de turistas estrangeiros.

Apesar da ainda baixa classificação turística do Brasil, o estudo da OMT revela que o país apresentou um dos maiores crescimentos na atração de turistas estrangeiros em 1998, exibindo um crescimento de 10%, superado apenas pela Malásia (10,4%) e pela Tunísia (10,3%). De acordo com as pesquisas oficiais mais recentes, a permanência média dos turistas estrangeiros no Brasil em 1998 foi de nove dias, comportando despesas diárias que variaram de US\$ 74,17 a US\$ 134,51.

Cabe ressaltar, porém, que a evolução observada no período 1980/95 para o PIB turístico (308,07%) não encontrou o mesmo comportamento no tocante à variação ocorrida no número de turistas que ingressaram no Brasil (cerca de 22,52%). O coeficiente de correlação entre essas duas variáveis (PIB turístico e entrada de turistas) no período 1980/95 é negativo (-0,1239), indicando, dentro do rigor estatístico, uma dependência negativa ou de associação inversa entre as mesmas. Pode-se inferir, a partir dessa constatação, que o crescimento relativo expressivo do PIB turístico no período

Gráfico 1
Evolução da Entrada de Turistas no Brasil – 1970/98



Fonte: MICT/Embratur (1998, p. 17).

^a Estimativa da Embratur.

1980/95 pode ser entendido como uma função exclusiva do incremento do turismo interno.

Aliás, diversos fatores podem ser apontados como óbices ao crescimento do turismo internacional no Brasil, como, por exemplo, conforme o seu grau de influência, e sem a pretensão de esgotar o assunto, os seguintes:

- carência de infra-estrutura completa de serviços turísticos (ausência de uma ampla e adequada infra-estrutura hoteleira, inadequação dos serviços prestados por agências de viagens e operadoras de turismo e pouca oferta de serviços complementares aos de hospedagem, principalmente no tocante a entretenimento e lazer);
- nível de segurança aos turistas ainda insatisfatório (intensificação da criminalidade nos grandes centros urbanos, principalmente, e de forma ostensiva, no Rio de Janeiro e em São Paulo);
- carência de uma adequada infra-estrutura de transporte aos turistas (preços ainda elevados das passagens aéreas domésticas, restringindo a flexibilidade de circulação do turista em mais de uma região do país, aproveitamento insignificante dos transportes ferroviário, marítimo e fluvial e necessidade de ampliação, reforma e modernização dos aeroportos nacionais); e
- carência de investimentos na divulgação do país no exterior e internamente, cujo montante se deu em níveis inferiores ao mínimo recomendado pela OMT, isto é, pelo menos 2% das receitas turísticas auferidas.

Cabe destacar, no tocante ao primeiro item mencionado, que alguns especialistas, com atuação no segmento turístico, estimam existir cerca de 20 mil estabelecimentos de hospedagem no país, mas a Embratur e a ABIH reconhecem pouco mais de cinco mil. Aliás, a última edição do *Guia Quatro Rodas* reconhece apenas 4.660 estabelecimentos em condições satisfatórias de hospedagem, caracterizando, assim, uma participação reduzida em termos de oferta hoteleira adequada e de qualidade.

De acordo com pesquisas realizadas pela Embratur, em 1997 constatou-se que o grau de insatisfação de turistas estrangeiros em visita ao Brasil era decorrente dos seguintes fatores, aqui enumerados de forma seqüencial: sinalização turística (21,7%), limpeza urbana (19,2%), comunicações (17,3%), transporte urbano (13,5%), informação turística (13,3%), segurança pública (13,1%), táxis (11,8%), guias de turismo (10,4%), aeroportos (4,6%), comércio (4,4%), diversões noturnas (3,9%), hotelaria (3,3%) e restaurantes (1,6%) [MICT/Embratur (1998, p. 165)].

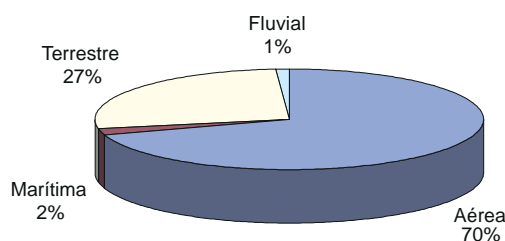
No decorrer do período 1994/98, verificou-se uma evolução de 163,31% na entrada de turistas no país. Porém, tomando-se

apenas o período 1997/98, observa-se uma evolução de 62,94%, o que suscita questionamentos quanto ao crescimento significativo ocorrido em relação ao ingresso de turistas em 1998.

Conforme verificações feitas junto à Embratur, constatou-se que houve um aperfeiçoamento na metodologia de apuração e análise do fluxo turístico para o país em 1998, o qual passou a incorporar, agora com maior precisão, o cálculo concernente ao ingresso de turistas nas fronteiras terrestres, cujo controle e estatística encontra-se sob a responsabilidade da Polícia Federal. O fluxo turístico concernente à movimentação nas fronteiras aéreas, cujo controle e estatística encontra-se sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica (Departamento de Aviação Civil), já vinha sendo realizado com regular competência. Cabe ressaltar, por oportuno, que a via aérea representa uma participação relevante em termos de acesso à entrada de turistas no Brasil, conforme se depreende pelo Gráfico 2.

Gráfico 2

Entrada de Turistas no Brasil, por Vias de Acesso – 1997



Fonte: MICT/Embratur (1998, p. 23).

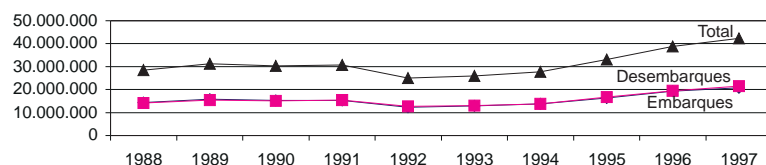
Fluxo Turístico Interno

O comportamento do fluxo turístico interno é analisado a partir do movimento de embarque e desembarque de passageiros nos aeroportos do país, haja vista a inexistência de controles administrativos relativos aos deslocamentos das pessoas que não ultrapassam as fronteiras internacionais do Brasil. O Gráfico 3 ilustra o crescimento do movimento de embarque e desembarque de passageiros nos aeroportos do país no período 1988/97.

Em 1997, o fluxo turístico interno nos aeroportos nacionais representou um movimento da ordem de 20,79 milhões de passageiros embarcados e de aproximadamente 21,53 milhões de passageiros desembarcados. A composição desse fluxo, do mesmo modo que em 1996, demonstrou uma forte concentração na região Sudeste, mais especificamente em São Paulo, denotando a vocação desse estado para o turismo de negócios.

Gráfico 3

Movimento de Passageiros nos Aeroportos Nacionais – 1988/97



Fonte: MICT/Embratur (1998, p. 209).

Há de se destacar, ainda, que em 1997 a região Nordeste, liderada pelo Estado da Bahia, ocupou o segundo lugar na composição do fluxo turístico interno, o que comprova a sua pujança quanto ao turismo de lazer e entretenimento.

Os fatores restritivos ao crescimento do turismo receptivo internacional, já apontados anteriormente, podem, da mesma maneira, ser entendidos e estendidos como óbices ao crescimento do turismo interno, principalmente no tocante aos elevados preços das passagens aéreas domésticas.

Recente pesquisa comportamental e financeira realizada em 1997 pela Horwath Consulting & Soteci Auditores Independentes S/C (1998), considerando uma amostra de 83 hotéis e 73 flats, num total aproximado de 23 mil quartos, analisou hotéis das categorias cinco, quatro e três estrelas, de acordo com a antiga classificação da Embratur, divididos segundo as regiões de amostragem Sul/Sudeste, Nordeste e Norte/Centro-Oeste. Os resultados revelaram que a taxa média de ocupação dos hotéis aumentou de 59,3% em 1996 para 62,4% em 1997 e que, por outro lado, com o crescimento da oferta de quartos, o valor da diária média sofreu um decréscimo em 1997, passando para US\$ 88,3 (em 1996 era de US\$ 97,1).

De acordo com a pesquisa, análises preliminares indicavam que a taxa de ocupação hoteleira continuou a crescer em 1998, porém com uma estabilização no valor da diária média, e que esse aumento contínuo decorre do crescimento na participação de empresas estrangeiras na economia brasileira, a exemplo das operações societárias de fusão, incorporação, aquisição e privatização, que requerem a permanência de um grande número de executivos internacionais no país. O trabalho destaca também que a participação de empresas multinacionais na economia brasileira elevou-se de 34%

Cenário Atual do Segmento de Hotelaria Nacional

em 1993 para 52% em 1997. No tocante ao segmento de hotelaria, os dados que identificam a origem dos hóspedes em 1997 são apresentados na Tabela 5.

Como se pode observar, em 1997 verificou-se nos hotéis do país uma concentração significativa de hóspedes (da ordem de 68,6%) oriundos do próprio turismo interno. Percebe-se, assim, que a demanda atual do setor de turismo, especificamente no tocante ao segmento hoteleiro brasileiro, encontra-se concentrada, em termos de clientela, no próprio país, fato relevante ao próprio planejamento das ações voltadas para o desenvolvimento turístico nacional.

A Tabela 6 apresenta, para o Brasil e respectivas regiões, a nacionalidade dos hóspedes de hotéis brasileiros em 1996 e 1997, distribuídos por categoria de hotel. Os dados permitem inferir algumas constatações, quais sejam:

- há uma tendência de equilíbrio na demanda por hotéis das categorias luxo ou primeira classe entre hóspedes brasileiros e estrangeiros, especificamente nas regiões Sul e Sudeste; e

Tabela 5

Origem dos Hóspedes segundo as Regiões do País – 1997

(Em %)

ORIGEM DOS HÓSPEDES	BRASIL	REGIÕES		
		Sul/Sudeste	Nordeste	Norte/ Centro-Oeste
África	0,5	0,5	0,2	0,5
Oriente Médio	0,2	0,3	0,1	0,4
Austrália	0,2	0,3	0,0	0,1
Ásia	2,5	2,7	0,5	4,9
Japão	1,4	1,5	0,3	2,8
Outros Países	1,1	1,2	0,2	2,1
América do Norte	8,1	10,0	2,4	6,2
Canadá	0,7	0,8	0,2	0,7
Estados Unidos	6,9	8,6	2,2	4,9
México	0,5	0,6	0,0	0,6
Europa	11,4	12,4	9,6	8,0
Alemanha	2,8	3,1	2,6	1,4
Itália	2,4	2,6	2,3	1,8
França	1,7	1,8	1,2	1,7
Espanha	1,5	1,8	0,9	0,6
Reino Unido	0,8	0,9	0,2	0,8
Outros Países	2,2	2,2	2,4	1,7
América Latina	74,1	70,8	84,3	76,3
Brasil	68,6	64,7	78,7	74,5
América do Sul	5,1	5,7	5,0	1,7
Caribe/América Central	0,4	0,4	0,6	0,1
Outros	3,0	3,0	2,9	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Horwath Consulting & Soteci Audiadores Independentes S/C (1998, p. 7).

Tabela 6

Nacionalidade dos Hóspedes segundo as Regiões do País – 1996/97

(Em %)

NACIONALIDADE DOS HÓSPEDES	BRASIL		REGIÕES					
			Sul/Sudeste		Nordeste		Norte/Centro-Oeste	
	1996	1997	1996	1997	1996	1997 ^a	1996	1997
Luxo/Primeira Classe								
Brasileiros	57,7	51,2	54,5	48,4	71,0	69,4	–	–
Estrangeiros	42,3	48,8	45,5	51,6	29,0	30,6	–	–
Superior								
Brasileiros	79,0	73,6	79,7	71,3	75,1	80,6	82,0	74,1
Estrangeiros	21,0	26,4	20,3	28,7	24,9	19,4	18,0	25,9
Econômica								
Brasileiros	83,1	76,9	83,3	74,6	82,3	79,5	–	–
Estrangeiros	16,9	23,1	16,7	25,4	17,7	20,5	–	–

Fonte: *Horwath Consulting & Soteci Audiadores Independentes S/C (1998, p. 8).*^aA amostragem para a região Nordeste relativa a 1997 considera apenas hotéis do tipo resort.

- a demanda por hotéis das categorias superior e econômica encontra-se concentrada, basicamente, por hóspedes brasileiros (mais de 3/4) em praticamente todas as regiões do país.

Uma outra caracterização importante do setor, também extraída da referida pesquisa, diz respeito à segmentação da demanda em hotéis em 1996 e 1997, conforme apresentada na Tabela 7, que permite traçar as seguintes considerações:

- verifica-se uma forte tendência de crescimento e concentração da demanda por hotéis das categorias luxo ou primeira classe por parte de turistas individuais na região Nordeste;
- na composição da demanda por hotéis das categorias luxo ou primeira classe e superior, as convenções já ocupam uma posição relevante, excetuando-se a região Nordeste; e
- na composição da demanda por hotéis da categoria econômica, os turistas individuais e os grupos de turistas ocupam uma posição de destaque, apesar da predominância da demanda hoteleira comercial.

Porém, os primeiros dados já divulgados, relativos a 1998, indicam uma queda nas taxas médias de ocupação hoteleira em algumas das capitais do país, a exemplo de São Paulo e Belo Horizonte, com taxas médias de 53% (em 1997, foi de 56%) e 47% (em 1997, foi de 54%), respectivamente. Destaque-se que, na capital paulista, o turismo de negócios representa cerca de 60% da ocupação hoteleira da cidade.

Tabela 7

Segmentação da Demanda Hoteleira segundo as Regiões do País – 1996/97

(Em %)

SEGMENTAÇÃO DA DEMANDA HOTELEIRA	BRASIL		REGIÕES					
			Sul/Sudeste		Nordeste		Norte/Centro-Oeste	
	1996	1997	1996	1997	1996	1997 ^a	1996	1997
Luxo/Primeira Classe								
Membros do Governo	1,6	3,3	1,0	2,3	0,1	0,0	–	–
Comercial	41,8	38,9	46,9	42,1	8,6	0,0	–	–
Turista Individual	23,4	20,9	16,0	13,6	68,0	88,7	–	–
Grupo de Turistas	11,3	6,7	9,8	6,8	20,3	7,7	–	–
Convenções	16,6	20,1	20,1	23,5	2,8	3,7	–	–
Tripulação Aérea	–	5,2	–	6,1	–	0,0	–	–
Outros	5,3	4,9	6,2	5,6	0,2	0,0	–	–
Superior								
Membros do Governo	2,1	2,0	1,3	2,8	2,3	1,0	8,0	0,7
Comercial	43,4	42,1	47,6	45,0	34,5	39,3	39,3	35,9
Turista Individual	17,4	17,9	15,4	13,1	25,6	35,3	16,4	15,4
Grupo de Turistas	13,4	13,2	10,9	13,5	19,9	12,1	15,6	13,5
Convenções	15,2	16,1	16,6	17,7	11,2	10,5	9,3	16,7
Tripulação Aérea	–	5,5	–	4,6	–	0,9	–	13,0
Outros	8,5	3,2	8,2	3,3	6,5	1,0	11,4	4,8
Econômica								
Membros do Governo	2,8	1,0	1,9	1,2	3,3	0,8	–	–
Comercial	36,3	40,8	42,3	47,9	30,5	26,5	–	–
Turista Individual	24,9	20,6	25,0	16,3	23,4	29,1	–	–
Grupo de Turistas	24,3	20,3	21,0	17,2	28,4	26,6	–	–
Convenções	7,7	8,8	3,8	9,1	12,2	8,5	–	–
Tripulação Aérea	–	4,3	–	4,1	–	4,8	–	–
Outros	4,0	4,2	6,0	4,3	2,2	3,8	–	–

Fonte: Horwath Consulting & Soteco Auditores Independentes S/C (1998, p. 9).

^aA amostragem para a região Nordeste relativa a 1997 considera apenas hotéis do tipo resort.

Perspectivas para o Setor de Turismo no Brasil

Em 1999, a partir da nova situação econômica vigente no país, observa-se uma postergação nos planos de abertura de novos hotéis, com tendência, no que tange ao turismo interno, para o incremento de inversões fixas voltadas para o lazer e o entretenimento. Com as reduções por parte das empresas nos gastos com viagens e eventos, vislumbra-se que o turismo de negócios poderá sofrer um impacto negativo em 1999, principalmente no que concerne a hotéis da categoria cinco estrelas, situados nos grandes centros urbanos.

Apesar desse cenário inicial negativo, as perspectivas de crescimento para o turismo nacional em 1999 oscilam entre 4% e 7% ao ano. Observa-se, ainda, que o setor já vem atraindo a atenção

das redes hoteleiras internacionais, bem como dos fundos de previdência privada, relativamente a investimentos em projetos hoteleiros de elevado porte.

Um exemplo dessa tendência pode ser evidenciado pelo investimento, num montante aproximado de US\$ 250 milhões, ora em andamento na Costa do Sauípe, situada a cerca de 80 km da região central de Salvador (Bahia), em área de propriedade do Grupo Odebrecht, para a construção e implantação de cinco hotéis de primeira linha e de seis pousadas temáticas, oferecendo um total de 1.650 leitos. O investimento conta com a participação da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) e, no tocante à operação dos hotéis, já há protocolos de entendimento com as operadoras internacionais Mercure e Sofitel, do grupo francês Accor, Marriott e Renaissance, do grupo Marriott International, e a jamaicana Superclubs [*Ícaro Brasil – Revista de Bordo Varig* (1999)].

O litoral do Nordeste vem despontando como grande receptor de investimentos turísticos mundiais, nos moldes do que já ocorre com os destinos turísticos da América Central. Há de se destacar o enorme potencial ou vocação turística dos estados que compõem a região, tendo em vista seus diversos atrativos, tais como as diversidades artística, cultural, folclórica, gastronômica, musical e religiosa, as extensas áreas costeiras (praias), o vasto patrimônio histórico (igrejas, fortes e fortalezas), as regiões de dunas (como as localizadas em Natal, no Rio Grande do Norte) e as suas festas e manifestações populares (carnaval, danças populares e festas juninas e religiosas).

Do mesmo modo, há de se destacar o grande potencial do turismo ecológico (ecoturismo) do país, englobando, principalmente, as regiões da Amazônia, do Pantanal e de Foz do Iguaçu, que ainda possuem modestos investimentos em hotelaria e infra-estrutura turística.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Herculano de A. Iglesias, salientou, por ocasião do 41º Congresso Nacional da Indústria Hoteleira, realizado em abril de 1999, que: a) a hotelaria representa a espinha dorsal da indústria do turismo, sendo também uma significativa atividade empregadora, com cerca de 550 mil empregos diretos; e b) há a necessidade da criação de locais para a realização de eventos em todo o país, já que a indústria de eventos poderia gerar em torno de três mil novos empregos por ano, caso o Brasil conseguisse captar, no mínimo, 5% dos 70 mil eventos internacionais que acontecem, por ano, em todo o mundo.

Deve-se destacar também, como uma importante variável relacionada ao desenvolvimento turístico do país a curto e longo prazos, a continuidade dos investimentos em infra-estrutura turística, previstos no âmbito do Programa de Ação para o Desenvolvimento

Integrado de Turismo (Prodetur). De acordo com a Embratur, a segunda etapa do Prodetur/Nordeste deverá contemplar investimentos em infra-estrutura turística da ordem de R\$ 600 milhões, a serem aplicados nos próximos três anos.

A Embratur prevê, já a partir de 1999, o repasse de recursos para o Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo (Proecotur), englobando os estados que compõem a Amazônia Legal, incluindo o Pantanal. Planeja-se também, em conjunto com o Ministério dos Esportes e Turismo, a criação de um Prodetur/Sul, envolvendo os estados da região Sul.

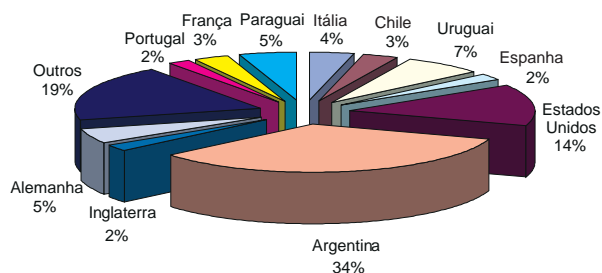
A OMT estima que o turismo mundial crescerá 4% em 1999, movimentando US\$ 445 bilhões, cerca de 3% a mais do que no ano passado. Desse modo, e apenas a título de simples exercício especulativo, poder-se-ia estimar o seguinte comportamento para a conta nacional de “viagens internacionais” em 1999:

- projeção de um crescimento de 4% nas receitas com viagens internacionais, correspondendo à previsão estimada pela OMT para o incremento do turismo mundial; e
- projeção de uma queda de 50% nas despesas com viagens internacionais, como decorrência direta da mudança de regime cambial do país promovida em janeiro de 1999.

Partindo dessas hipóteses básicas, o déficit da conta nacional de “viagens internacionais”, de US\$ 4,146 bilhões em 1998, pode vir a ser reduzido para US\$ 1,217 bilhão em 1999. A longo prazo, porém, o país poderia vir a reverter essa posição, a partir do incremento do fluxo de entrada de turistas estrangeiros, atualmente ainda bastante tímido.

Conforme se pode verificar no Gráfico 4, 60% do fluxo de entrada de turistas estrangeiros no país em 1997 eram provenientes de apenas quatro países, três deles integrantes do Mercosul: Argen-

Gráfico 4
Principais Mercados Emissores de Turistas para o Brasil – 1997



Fonte: MICT/Embratur (1998, p. 33).

tina (34%), Uruguai (7%), Paraguai (5%) e Estados Unidos (14%). Essa concentração do turismo receptivo nacional denota a necessidade de um esforço maior, a curto e longo prazos, por parte dos agentes de viagem e operadores de turismo, em prol de uma pulverização e captação da clientela turística estrangeira, que atualmente não aponta o Brasil como destino turístico, a exemplo dos países da África, Ásia, Oceania, Oriente Médio e América Central.

O fluxo de entrada de turistas estrangeiros no Brasil relativo ao período 1992/96 foi inferior, inclusive em nível de América do Sul, ao da Argentina, conforme se verifica no Gráfico 5, que engloba, a título de paradigma, o fluxo turístico receptivo do México, capitaneado por Cancún e Acapulco.

O Gráfico 6 apresenta as cidades brasileiras mais visitadas pelos turistas estrangeiros em 1997. Cabe destacar, em paralelo à significativa posição da cidade do Rio de Janeiro, a potencialidade turística exercida pela denominada Região dos Lagos, situada no Estado do Rio de Janeiro, o que é demonstrado, por exemplo, pela

Gráfico 5
Evolução do Fluxo Turístico Receptivo de Brasil, Argentina e México – 1992/96

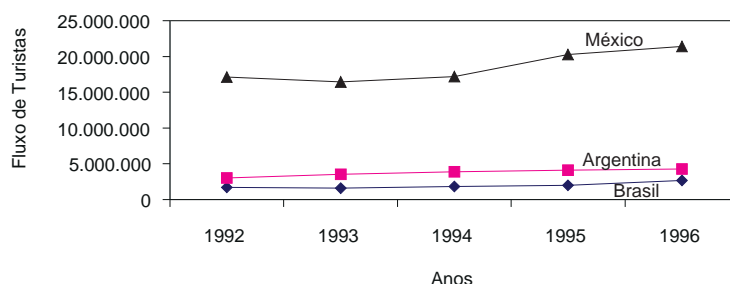
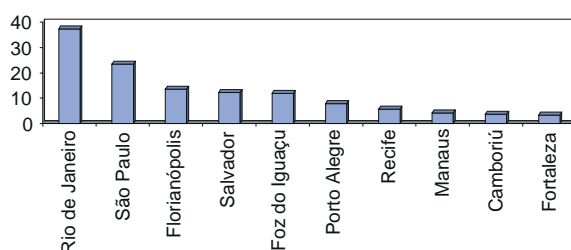


Gráfico 6
Principais Cidades Brasileiras Visitadas pelos Turistas Estrangeiros – 1997

(Em %)



Fonte: MICT/Embratur (1998, p. 163).

cidade de Búzios, que em 1997 ocupava a 14ª classificação dentre as cidades brasileiras mais visitadas pelos turistas estrangeiros. O gráfico demonstra também, no tocante ao turismo de lazer e entretenimento, uma nítida preferência do turista estrangeiro por cidades litorâneas, onde a praia representa uma ancoragem natural como atrativo turístico, sendo o fator decisório primário de sua viagem ao Brasil.

Considerações sobre as Principais Linhas de Financiamento Disponíveis ao Setor de Turismo no Brasil

Sistema BNDES

Atualmente, o setor de turismo no Brasil dispõe de diversos programas e modalidades de apoio creditício, sendo os mais importantes descritos a seguir.

A principal fonte de capital para o setor de turismo provém, atualmente, do Sistema BNDES, o qual contempla, em suas Políticas Operacionais, a previsão de apoio financeiro ao setor, em âmbito nacional. Verifica-se, principalmente a partir de 1994 e 1995, uma nítida evolução nos desembolsos, o que é evidenciado na Tabela 8, onde se pode observar um incremento de 175,2% nos desembolsos do Sistema para o setor em 1997, comparativamente a 1994. Esse expressivo crescimento pode ser atribuído, principalmente, ao aumento do número de projetos turísticos financiados nas regiões Sudeste e Nordeste. Em 1998, os desembolsos para o setor de turismo representaram 0,66% do total de desembolsos do Sistema BNDES e 2,75% dos desembolsos para o setor de comércio e serviços.

Observa-se também uma nítida variação na tipicidade dos desembolsos efetuados pelo Sistema BNDES para o setor de turismo a partir de 1995, quando começaram a despontar os financiamentos para os projetos destinados à implantação de parques temáticos e aquáticos. Até então, predominavam, na composição dos desembol-

Tabela 8

Desembolsos do Sistema BNDES para o Setor de Turismo segundo as Regiões do País – 1990/98

(Em US\$ Mil)

REGIÕES	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	TOTAL
Norte	318,9	640,3	137,7	80,3	27,2	634,3	750,7	167,5	68,4	2.825,3
Nordeste	7.595,4	4.643,2	3.430,2	6.211,1	25.381,9	46.522,2	61.972,9	68.971,8	27.882,9	96.854,7
Sudeste	3.850,1	2.717,9	18.716,9	22.442,7	30.729,7	58.382,9	61.642,6	103.988,0	49.770,2	352.241,0
Sul	4.250,2	2.807,1	8.132,8	7.870,0	20.036,9	30.585,4	50.473,0	41.598,7	26.679,1	192.433,2
Centro-Oeste	4.377,7	1.317,4	359,7	336,5	2.964,2	1.822,9	3.857,0	3.069,7	3.133,1	21.238,2
Total	20.392,2	12.125,8	30.777,3	36.940,5	79.140,1	137.947,7	178.696,1	217.795,7	107.533,7	821.349,1

Fontes: BNDES (31.07.98 e 19.05.99).

sos, e quase que de forma absoluta, os financiamentos para os projetos voltados à implantação, expansão e modernização de hotéis, como pode ser constatado na Tabela 9.

Cabe destacar que o Sistema BNDES diferencia as condições financeiras básicas de apoio ao setor conforme a localização do empreendimento a ser implantado, expandido ou modernizado, utilizando-se, para tanto, dos seguintes mecanismos de financiamento: Programa Nordeste Competitivo (PNC), que, criado em maio de 1993, abrange os estados da região Nordeste e as áreas de Minas Gerais e de Espírito Santo alcançadas pela atuação da Sudene; Programa Amazônia Integrada (PAI), que compreende os estados da região Norte, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Maranhão; e Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul (Reconversul), que engloba os municípios abrangidos pela metade sul do Estado do Rio Grande do Sul. Essa diferenciação, peculiar a programas de desenvolvimento regional, como o PNC, o PAI e o Reconversul, é sintetizada na Tabela 10.

Tabela 9

Distribuição dos Desembolsos do Sistema BNDES para o Setor de Turismo Nacional, por Tipo de Investimento – 1990/98

(Em %)

SEGMENTOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Hoteleiro	99,2	99,7	100,0	99,5	96,0	85,9	62,8	54,6	61,6
Parques	–	0,3	–	0,3	2,4	14,0	23,3	32,6	20,7
Outros	0,8	–	–	0,2	1,6	0,1	13,9	12,8	17,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: BNDES (31.07.98, 15.09.98 e 19.05.99).

Tabela 10

Condições Diferenciadas de Apoio do BNDES ao Setor de Turismo no Brasil

	LOCALIZAÇÃO	SPREAD BÁSICO
Políticas Operacionais	Âmbito nacional, excluindo-se as regiões cobertas pelo PNC, PAI e Reconversul	2,5% a.a. (nível padrão)
Programas Nordeste Competitivo (PNC), Amazônia Integrada (PAI) e Reconversul	Âmbito regional	1% a.a. (nível especial)

Fonte: Políticas Operacionais do BNDES.

No âmbito do PNC, cerca de 48% dos recursos disponíveis foram alocados para o setor de turismo, tendo sido contratados, no período julho de 1993/dezembro de 1996, financiamentos no valor de US\$ 141,66 milhões, distribuídos conforme as finalidades dos investimentos (Tabela 11).

Programa Nordeste Competitivo (PNC)

Tabela 11

Estatística dos Financiamentos Concedidos ao Setor de Turismo no Âmbito do PNC

FINALIDADES DOS INVESTIMENTOS	FINANCIAMENTOS CONTRATADOS (US\$ Mil)	INVESTIMENTOS (US\$ Mil)	PARTICIPAÇÃO DO FINANCIAMENTO NO INVESTIMENTO (%)	DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL (%)
Restaurantes	7.270	14.345	50,7	5,7
Parques Temáticos	24.688	39.315	62,8	15,6
Hotéis	109.705	198.472	55,3	78,7
Total	141.663	252.132	56,2	100,0

Fonte: BNDES (1997b, p. 21-22).

É importante destacar, no tocante aos financiamentos concedidos no âmbito do PNC, que foram gerados 4.759 novos empregos diretos e 14.277 indiretos, sendo estes últimos estimados numa proporção de 3:1, comparativamente à geração dos diretos. O custo unitário da geração de empregos diretos foi da ordem de US\$ 53 mil, sendo de US\$ 17 mil para a geração de emprego total.

Programa de Turismo

Em 01.07.99, o BNDES, com a Decisão da Diretoria nº 310/99, criou o Programa de Turismo, o qual, uma vez complementado pelas modificações trazidas pela Decisão da Diretoria nº 321/99, de 05.07.99, que promoveu, dentre outras alterações, a redução do limite mínimo para operações diretas, a critério do BNDES, na região Nordeste, de R\$ 3 milhões para R\$ 1 milhão, ficou assim configurado em relação às suas principais condições:

- dotação inicial: R\$ 500 milhões, compreendendo o âmbito nacional, ou seja, todas as regiões do Brasil;
- vigência inicial: de 01.07.99 até 30.06.2000;
- produtos disponibilizados pelo Sistema BNDES: Finem – Financiamento a Empreendimentos (operações diretas com o BNDES) e BNDES Automático (operações indiretas, a serem negociadas pelo cliente junto aos agentes financeiros credenciados pelo BNDES);
- valor mínimo de financiamento para operar diretamente com o BNDES: R\$ 1 milhão (nas regiões abrangidas pelos Programas Amazônia Integrada e Nordeste Competitivo e na região Centro-Oeste) e R\$ 3 milhões (nas regiões Sul e Sudeste);
- nível de participação do BNDES, face aos investimentos permanentes financiáveis (os quais excluem, principalmente, as aquisições de terrenos e de máquinas e equipamentos usados): até 80%;
- nível de garantias exigidas: 130% (no caso de operações garantidas por fiança bancária, o nível é de 100%), sendo que os clientes

enquadrados como pequenas e/ou microempresas poderão se utilizar do Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC), instrumento de garantia complementar de crédito (fundo de aval);

- prazos totais nas regiões abrangidas pelo PAI e PNC e na região Centro-Oeste: até 12 anos; e
- prazos totais nas regiões Sul e Sudeste: até 10 anos.

A Tabela 12 ilustra as principais inovações trazidas pelo Programa de Turismo do BNDES, que espera continuar contribuindo para o desenvolvimento regional integrado do setor de turismo no país, possibilitando, inclusive, a alavancagem financeira de projetos turísticos de menor porte, condicionados, porém, além da análise de sua viabilidade econômico-financeira, ao prévio atendimento, no que tange à(s) empresa(s) ou ao(s) grupo(s) beneficiário(s), do disposto na Decisão da Diretoria nº 431/91 (comprometimento máximo em financiamentos no BNDES, face aos ativos do beneficiário) e da classificação de risco de crédito (*rating*) obtida no Banco.

Tabela 12

Inovações Trazidas pelo Programa de Turismo do BNDES

DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO NOVA (Programa de Turismo)
Dotação Específica	–	R\$ 500 milhões
Nível de Financiamento Mínimo do BNDES em Operações Diretas	R\$ 1 Milhão na Região Abrangida pelo PAI e na Região Centro-Oeste	R\$ 1 Milhão nas Regiões Abrangidas pelo PAI e PNC e na Região Centro-Oeste
Nível de Financiamento Mínimo do BNDES em Operações Diretas	R\$ 7 Milhões nas Regiões Sul e Sudeste	R\$ 3 Milhões nas Regiões Sul e Sudeste
Nível de Participação do BNDES	Até 60%	Até 80%
Prazos Totais nas Regiões Abrangidas pelo PAI e PNC e na Região Centro-Oeste	–	Até 12 Anos
Prazos Totais nas Regiões Sul e Sudeste	–	Até 10 Anos

O Prodetur, criado em novembro de 1991, concebido pelos governos federal e estaduais, é destinado ao desenvolvimento integrado do setor de turismo e objetiva, como ação estratégica principal, financiar a implantação da infra-estrutura turística naquelas localidades consideradas indutoras de investimentos privados.

Desse modo, procurou-se identificar os principais óbices e pontos de estrangulamento ao investimento privado no segmento de turismo, os quais foram tomados como alvo primário da ação desenvolvimentista a ser perseguida pelo Prodetur, como, por exemplo:

**Programa de
Ação para o
Desenvolvimento
Integrado de
Turismo
(Prodetur)**

- criação de canais institucionais estaduais e municipais de fomento ao turismo;
- ampliação da infra-estrutura turística básica;
- preservação do meio ambiente nas áreas turísticas;
- melhoria das vias de acesso ao turista;
- modernização e ampliação dos aeroportos de São Luís (Maranhão), Fortaleza (Ceará), Natal (Rio Grande do Norte), Aracaju (Sergipe) e Porto Seguro (Bahia); e
- recuperação e preservação dos locais turísticos.

O Prodetur conta, em sua estrutura de capital (*funding*), com fontes de recursos externa (Bird) e interna (União, estados, BNB e BNDES), voltando-se, inicialmente, quanto à sua atuação regional, para a implantação de empreendimentos turísticos em nove estados da região Nordeste (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas), com previsão de posterior extensão às demais regiões do Brasil.

Os projetos enquadrados no âmbito do Prodetur são analisados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a quem compete sua aprovação ou não. Já a modernização e a ampliação dos aeroportos federais mencionados, excetuando-se o de Porto Seguro, de âmbito estadual, estão sob a responsabilidade e competência da Agência de Infra-Estrutura Aeroportuária Federal (Infraero), empresa pública que integra a estrutura do Comando da Aeronáutica.

A primeira fase de investimentos do Prodetur contempla as áreas turísticas consideradas estratégicas pelos estados nordestinos, apresentadas na Tabela 13, enquanto os usos e fontes de recursos concernentes a esta primeira fase são mostradas na Tabela 14.

Tabela 13

Localidades Turísticas Estratégicas da Região Nordeste

ESTADOS	LOCALIDADES TURÍSTICAS ESTRATÉGICAS
Maranhão	Alcântara
Piauí	Anthares
Ceará	Costa do Sol Poente
Rio Grande do Norte	Rota do Sol
Paraíba	Cabo Branco
Pernambuco	Costa Dourada
Alagoas	Costa Dourada
Sergipe	Pólo Aracaju/São Cristóvão
Bahia	Costa do Descobrimento

Fonte: MICT/Embratur-Fade/UFPE (1998, p. 13).

Tabela 14

Usos e Fontes de Recursos do Prodetur

(Em US\$ Mil)

RUBRICAS DE USOS E FONTES	VALORES
Usos	800,000.00
Engenharia e Administração	59,410.00
Desenvolvimento Institucional	29,870.00
Custo Direto de Obras Múltiplas	503,022.00
Aeroportos	93,520.00
Custo de Operação	9,700.00
Contingências	18,500.00
Custos Financeiros	85,978.00
Fontes	800,000.00
BNB/Bird	400,000.00
Contrapartida Local ^a	400,000.00
Estados da Região Nordeste ^b	356,090.00
União (Aeroportos)	43,910.00

Fonte: BNDES (1997b, p. 17).

^aExige-se uma participação de 50% na contrapartida local.^bSendo US\$ 250,23 milhões financiados pelo BNDES/Proemprego.

Em 1998, no âmbito do Prodetur, foram inauguradas 38 obras e iniciadas outras 121. Atualmente, o Programa contempla um total de 172 obras em andamento ou concluídas, desde o início efetivo de suas operações, em 1996. O investimento em infra-estrutura turística na região Nordeste já corresponde a valores superiores a US\$ 300 milhões, cabendo ser destacadas as seguintes realizações, conforme o Banco do Nordeste do Brasil (1998, p. 27):

- cinco aeroportos construídos ou ampliados;
- 520,6 km de rodovias novas ou melhoradas;
- 462,2 mil habitantes assistidos com serviços de saneamento;
- 143.650 m² de patrimônio histórico recuperados;
- 16.524 ha de meio ambiente preservados;
- capacitação de 69 órgãos governamentais ligados ao turismo na região Nordeste; e
- US\$ 5,5 bilhões estimados em investimentos realizados pela iniciativa privada.

A boa *performance* do Programa ensejou, assim, a criação da segunda fase do Prodetur/NE.

Situação Atual do Prodetur

Fundo Geral de Turismo (Fungetur)

O Fungetur foi criado pelo Decreto-Lei 1.191, de 27.10.71, que dispôs sobre os incentivos fiscais ao turismo e deu outras providências, “destinado a fomentar e prover recursos para o financiamento de obras, serviços e atividades turísticas consideradas de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional” (artigo 11 – parte), ficando sua gestão sob a responsabilidade e competência da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur).

Posteriormente, o Decreto-Lei 1.439, de 30.12.75, que dispôs sobre a concessão de incentivos fiscais e outros estímulos à atividade turística nacional, passou a reger o Fungetur, conforme se observa pelo disposto em seu artigo 13.

Situação Atual do Fungetur

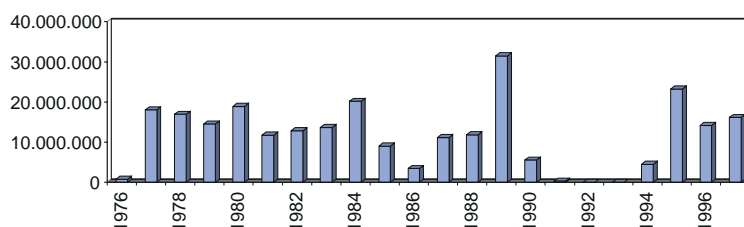
As principais receitas originárias do Fungetur constituíam-se, dentre outras, de incentivos fiscais, decorrentes do imposto de renda, e de dotações orçamentárias da União, especificamente destinadas. Operado regularmente pelos agentes financeiros do país, o Fungetur apóia financeiramente o setor de turismo nacional desde 1976. Sua atuação, ao longo do período 1976/97, é apresentada no Gráfico 7, onde se pode verificar que, embora venha apoiando o setor já há bastante tempo, sua participação financeira ainda é muito tímida. Em 1997, a colaboração financeira contratada pelo Fungetur foi da ordem de R\$ 16,1 milhões, contemplando 19 operações aprovadas e contratadas [MICT/Embratur (1998, p. 227)].

Verifica-se, assim, principalmente no que tange a pequenas e microempresas turísticas, que a estrutura financeira atual do Fungetur não possibilita, de modo satisfatório, um alcance maior quanto ao financiamento concedido aos investimentos turísticos a serem empreendidos por essas empresas. Desse modo, devem ser adotadas medidas que venham a proporcionar-lhe uma revitalização

Gráfico 7

Apoio Financeiro do Fungetur ao Setor de Turismo Nacional – 1976/97

(Em R\$)



Fonte: MICT/Embratur (1998, p. 227).

Obs.: Os valores consideram dezembro de 1997 como data-base.

financeira e operacional, dotando-o de um reforço em seu fluxo de receitas capaz de alavancar e fomentar um espectro maior de operações de financiamento a investimentos no setor de turismo, principalmente para pequenas e microempresas turísticas. Sugerem-se, assim, dentre outras, as seguintes medidas, cujo impacto macroeconômico se faz sentir já a curto prazo:

- criação de novas receitas para constituição e operação do Fungetur, destinadas, prioritariamente, às pequenas e microempresas turísticas, cuja regra de formação se dará através da incidência, sem repasse aos consumidores, de um percentual equivalente a 1% sobre as tarifas de transporte aéreo praticadas no país, bem como sobre as respectivas taxas de embarque e desembarque de passageiros em aeronaves; e
- utilização do Fungetur, de forma alternativa, como um instrumento de garantia complementar de crédito nas operações de financiamento das atividades turísticas cujo solicitante seja pequena ou microempresa turística.

Através dessas primeiras medidas, procura-se alcançar, em prol do desenvolvimento do setor de turismo no país, os objetivos permanentes determinados pela Política Nacional de Turismo contidos no Decreto 448, de 14.02.92, do Exmo. Sr. Presidente da República, e relacionados em seu artigo 3º, dentre os quais se destaca de forma significativa o preconizado em seu inciso II, o qual tem por objetivo “reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, através do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda”.

No Brasil, o setor de turismo vem atraindo, de forma crescente, a atenção dos governantes e demais autoridades responsáveis pelo planejamento de políticas públicas, haja vista tratar-se de um setor com grande vocação para a geração de empregos diretos e indiretos, o que, por si só, já constitui um efeito relevante em termos de política econômica.

A Tabela 15 retrata a ocupação da população economicamente ativa no setor de turismo nacional em 1990 e 1995, podendo-se verificar que, em 1995, 7,83% dela encontravam-se empregados no setor. Em 1994, estimou-se que a indústria do turismo utilizaria um de cada 11 trabalhadores, de forma direta ou indireta.

Deve ser destacado, ainda, quão relevante é o fato de que, para cada US\$ 15 mil gastos, em média, no setor de turismo, observa-se a geração de um novo emprego, indicando, portanto, uma relação capital-trabalho bastante inferior à observada para o setor industrial.

Efeitos Multiplicadores do Setor de Turismo sobre Alguns Agregados Macroeco- nômicos

Geração de Empregos

Tabela 15

População Economicamente Ativa Empregada no Setor de Turismo Nacional – 1990 e 1995

	1990	1995
População Economicamente Ativa	64,5 milhões	74,1 milhões
Empregos no Turismo	5,7 milhões	5,8 milhões

Fonte: MICT/Embratur-Fade/UFPE (1998, p. 9).

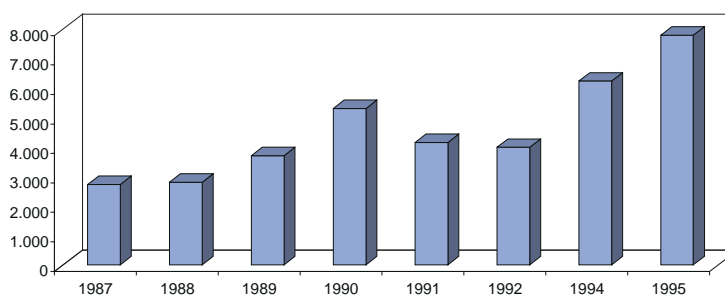
Arrecadação de Impostos

A arrecadação de impostos propiciada pelo setor de turismo no país representava, em 1995, aproximadamente 2,2% da arrecadação total. Entre 1987 e 1995, a arrecadação total de impostos do setor de turismo no país apresentou uma evolução ascendente, conforme mostra o Gráfico 8.

Gráfico 8

Receita Fiscal do Governo e Impostos Indiretos do Setor de Turismo – 1987/95

(Em US\$ Milhões)



Fonte: MICT/Embratur-Fade/UFPE (1998, p. 9).

Obs.: As informações para 1993, segundo a fonte dos dados, não estão disponíveis.

Investimentos e Receita Turística

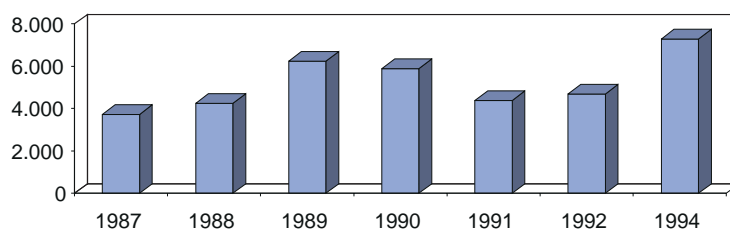
No período compreendido entre 1987 e 1994, as inversões permanentes de capital fixo realizadas no setor de turismo no país tiveram o comportamento verificado no Gráfico 9.

No período sob análise, observou-se um crescimento de 95,7% nas inversões permanentes no setor de turismo, denotando principalmente a expansão de capacidade física do segmento hoteleiro, com o conseqüente aumento na oferta de meios de hospedagem e de leitos, bem como sua modernização.

Gráfico 9

Inversões Permanentes Realizadas no Setor de Turismo Nacional – 1987/94

(Em US\$ Milhões)



Fonte: MICT/Embratur-Fade/UFPE (1998, p. 8).

Pode-se inferir, a partir do cenário exposto anteriormente, que o setor de turismo é estratégico para o país, voltado para o alcance dos objetivos nacionais permanentes e contribuindo, em termos de uma política estratégica ativa orientada para o desenvolvimento econômico e social do país, para a redução de desequilíbrios regionais, a geração de empregos, a divulgação da imagem externa do Brasil, o ingresso de divisas estrangeiras, a redução do déficit do balanço de serviços e a melhoria da infra-estrutura básica, notadamente no segmento de transportes.

Desse modo, faz-se necessário colocar em prática ações táticas, com alcances a curto e longo prazos, direcionando de modo equilibrado o próprio alvo das metas de planejamento turístico integrado. A curto e longo prazos, as ações voltadas para o incremento e o dinamismo do fluxo turístico internacional receptivo devem ser perseguidas tendo em vista a ainda tímida participação do Brasil (em 1997, foi de aproximadamente 0,47% do fluxo de turismo internacional) dentre os destinos turísticos mundiais. Desse modo, é requerido que se privilegie um planejamento turístico integrado, onde ações múltiplas e contínuas sejam realizadas ao mesmo tempo, de forma integrada, em prol de um ou mais objetivos permanentes delineados.

Uma das principais ações de curto e longo prazos, que, aliás, já se mostra realizável parcialmente, diz respeito ao alargamento do alcance atual do Prodetur, dotando-o de uma abrangência de âmbito nacional. Evidentemente, é necessário destacar quão importante é a sua continuidade (segunda fase) no âmbito do Nordeste, dado o despertar, apesar de tardio, dessa região como um pólo natural de atração turística internacional.

Faz-se necessária, também, a adoção de ações voltadas para a revitalização financeira e operacional do Fungetur, dotando-o de um reforço em seu fluxo de receitas capaz de alavancar e

Conclusões e Sugestões

fomentar um espectro maior de operações de financiamento a investimentos no setor de turismo, principalmente para pequenas e micro-empresas turísticas.

No tocante à inserção do BNDES como um dos formuladores do planejamento turístico nacional, há de se destacar a importância e significância propiciada pelo “Estudo dos Eixos”, ora sob a coordenação da Área de Planejamento, o qual objetiva, em termos gerais, identificar e caracterizar os grandes eixos de desenvolvimento regional integrado do país, onde ainda persistam “gargalos estruturais” que inibem ou não permitem a indução de investimentos privados, reclamando, assim, do mesmo modo, previamente ou em paralelo à atuação privada, investimentos governamentais em infraestrutura básica.

No tocante ao setor de turismo, destaque-se, aliás, a longo prazo, o enorme potencial relacionado a “todos os projetos do Portfólio de Investimentos Privados Associados ao Prodetur que se destinam a receber turistas em viagens de lazer – Cidade-Resort Planejada, Centro Litorâneo de Entretenimento, Terminal de Cruzeiros e Resort Destino” [Consórcio Brasileira, p. 244)].

Sob essa ótica, vislumbra-se, para o BNDES, uma árdua e nobre missão, qual seja, identificar, dentre os vários projetos considerados aceitáveis, aqueles que serão selecionados, segundo os critérios de alavancagem financeira e retorno compatíveis.

Finalmente, há de se destacar quão importante foi o lançamento, pelo BNDES, desde 01.07.99, do Programa de Turismo, com dotação específica, comprovando a importância dedicada pelo Banco ao desenvolvimento do setor de turismo no Brasil.

Referências Bibliográficas

ABMN. Um bom negócio chamado turismo. *Revista da ABMN*, abr./maio 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim mensal*, fev. 1999 e jun. 1999.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Balanço Social 1998*.

BNDES. *Políticas operacionais do BNDES*. Rio de Janeiro: BNDES, 1997a.

_____. *Programa Nordeste Competitivo – avaliação*. BNDES/Renor, jul. 1997b.

_____. *Informe BNDES*, ano XI, n. 113, fev. 1998.

_____. *Desembolso do Sistema segundo a unidade da federação: setor hoteleiro, 1990/1997*. Rio de Janeiro: BNDES, 31.07.98.

_____. *Desembolso do Sistema segundo a unidade da federação: setor turismo, 1990/1997*. Rio de Janeiro: BNDES, 31.07.98.

_____. *Desembolso do Sistema segundo a unidade da federação: setor parques, 1990/1997*. Rio de Janeiro: BNDES, 15.09.98.

_____. *Desembolso do Sistema BNDES para o setor hoteleiro, jan.-dez. 1998*. Rio de Janeiro: BNDES, 19.05.99.

_____. *Desembolso do Sistema BNDES para o setor de parques, jan.-dez. 1998*. Rio de Janeiro: BNDES, 19.05.99.

_____. *Desembolso do Sistema BNDES para o setor turismo, jan.-dez. 1998*. Rio de Janeiro: BNDES, 19.05.99.

_____. *Decisão da Diretoria n. 310/99 e n. 321/99*. Rio de Janeiro: BNDES, 01.07.99 e 05.07.99.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 1.191*, de 27.10.71, que dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 1.439*, de 30.12.75, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e outros estímulos à atividade turística nacional, altera disposições dos Decretos-Leis n. 1.376, de 12.12.74, e n. 1.338, de 28.07.74, e dá outras providências.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 05.10.88.

BRASIL. *Lei n. 8.181*, de 28.03.91, que dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto n. 448*, de 14.02.92, do Exmo. Sr. Presidente da República, que regulamenta dispositivos da Lei n. 8.181, de 28.03.91, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Economia brasileira: desempenho e perspectivas*. Brasília: CNI/Unidade de Política Econômica, jun. 1999.

CONSÓRCIO BRASILIANA. *Prodetur – Turismo no Nordeste*. Portfólio complementar, relatório preliminar.

GAZETA MERCANTIL. Atlas do mercado brasileiro, ano I, n. 1, dez. 1998.

HORWATH CONSULTING & SOTECONTI AUDITORES INDEPENDENTES S/C. *A indústria hoteleira brasileira*. 1998.

ÍCARO BRASIL – REVISTA DE BORDO VARIG. Costa do Sauípe: um resort revoluciona a Bahia, n. 178, p. 34-38, jun. 1999.

- MICT/EMBRATUR. *Anuário estatístico*, 24ª ed., v. 24, 1997a.
- _____. *Estudo da demanda turística internacional*. 1997b.
- _____. *Relatório de atividades dos projetos contemplados pelo Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste*. Brasília, 1997c.
- _____. *Deliberação Normativa n. 372*, de 15.01.97, da Embratur/Instituto Brasileiro de Turismo, que aprovou o regulamento onde se dispõe sobre o funcionamento e as operações do Fundo Geral de Turismo (Fungetur).
- _____. *Deliberação Normativa n. 401*, de 06.11.98, da Embratur/Instituto Brasileiro de Turismo, que alterou os incisos II e III do artigo 10 da Deliberação Normativa n. 372, de 15.01.97, dilatando os prazos de reembolso e carência, e deu outras providências.
- _____. *Anuário estatístico*, 25ª ed., v. 25, 1998.
- MICT/EMBRATUR-ABRESI-SEBRAE. *A indústria do turismo no Brasil – perfil & tendências*. Brasília/São Paulo, 1996.
- MICT/EMBRATUR-FADE/UFPE. *Estudo econômico-financeiro dos meios de hospedagem e parques temáticos no Brasil*. Embratur, 1998.
- MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA/DAC. *Anuário do transporte aéreo, dados econômicos*. V. II, 1997.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION (WTO). *Yearbook of tourism statistics*. 50ª ed., v. 1-2, Madrid, 1998.